

O SISTEMA POLÍTICO CASTILHISTA-BORGISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA GAÚCHA

René E. Gertz¹

Minha fala destoa totalmente da dos colegas que se manifestarão depois de mim, porque meu conhecimento sobre Assis Brasil é muito, muito limitado. Diante deste fato, em resposta ao honroso convite para participar deste evento, propus apresentar algumas considerações sobre o sistema político dominante dentro do qual transcorreu boa parte da vida e da ação de Assis Brasil. Não farei qualquer comentário específico sobre ele. Vou falar daquilo que ficou conhecido como sistema castilhista-borgista, e alguns de seus desdobramentos.

A exposição será improvisada, e tenho algum receio do improviso, porque vou tentar juntar elementos de duas resenhas que escrevi, uma alguns anos atrás, outra publicada mais recentemente, a fim de fazer disso algo de sensato para, talvez, possibilitar aos ouvintes localizarem, dentro deste contexto, a vida e a atuação de Assis Brasil.²

No momento da proclamação da República, em 1889, foi natural que os republicanos históricos assumissem o poder. Entre aqueles que passaram para a oposição, estavam, em primeiro lugar, os liberais, que, dentro do sistema monárquico, polarizado entre eles (liberais) e conservadores, estavam no poder, aqui no Rio Grande do Sul, e que, por isso, foram aqueles que sofreram de forma mais direta os efeitos da troca do sistema político; mas havia

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Foi professor de História na UFRGS e na PUCRS; está aposentado.

2 GERTZ, René E. *O Sonderweg* do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 215-231, 2011. GERTZ, René E. Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). *Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018, p. 36-52.

outros grupos que se sentiram marginalizados, e com seus interesses a perigo.

Vou referir-me a apenas um desses grupos, os “católicos”. Tanto a elite eclesiástica quanto a leiga católicas ficaram muito preocupadas com a proclamação da República, entre outros motivos, porque o segundo decreto do novo regime estabelecia, por exemplo, o casamento civil, ou seja, a separação entre Igreja e Estado, e inclusive havia, no ar, ameaças à instituição Igreja Católica. Estou falando de improviso – por isso, correndo algum risco de errar –, mas espero não estar enganado ao lembrar que os jesuítas, ou instituições a eles ligadas, estão abrigados em uma entidade que se chama Associação Antônio Vieira, mantenedora do Colégio Anchieta, da UNISINOS. E esta entidade jurídica foi criada neste contexto, com o objetivo de resguardar o legado jesuítico de uma possível ação contra a ordem como tal.

Isso fez com que os católicos se articulassem para enfrentar a situação. Como aqui, sobretudo em Porto Alegre e em São Leopoldo, houvesse, em primeiro lugar, número significativo de jesuítas de origem alemã (pense-se na comunidade São José) e uma elite pensante de origem alemã muito forte, partiu-se para a criação de um Partido Católico, nos moldes daquele que havia na Alemanha, o Partido do Centro, a *Zentrumspartei*. Na bibliografia a respeito, aparece, às vezes, como Partido Católico, às vezes, como Partido do Centro. Ele foi articulado, claro, não só por alemães e descendentes, mas também por outras pessoas – cite-se, aqui, apenas um intelectual conhecido por uma geração mais antiga como autor da famosa *Seleta em prosa e verso*, Alfredo Clemente Pinto.

Este partido se envolveu nas primeiras eleições do período republicano, mas obteve pouco sucesso. Júlio de Castilhos, então, entrou em contato com alguns líderes “católicos”, e lhes disse mais ou menos o seguinte: “esqueçam o partido de vocês, deixem de fazer oposição, temos coisas em comum, e eu vou garantir a participação de vocês no governo; vocês me indicam alguns correligionários,

que eu incluo na minha chapa de candidatos a deputado, por exemplo, e nós vamos conviver”. Por isso, até o final da Primeira República, em 1930, vamos ter uma “ala católica” dentro do Partido Republicano Riograndense – Englert e Kroeff são dois sobrenomes bastante conhecidos de deputados estaduais representativos dela.

Esta aliança se fortaleceu a partir de 1912, quando Dom João Becker assumiu o arcebispado de Porto Alegre. Um ex-colega meu da PUCRS, Artur Cesar Isaia, escreveu um livro, anos atrás, *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*, onde descreve este processo de aprofundamento da aliança, agora não mais sob a batuta de Júlio de Castilhos, mas de Borges de Medeiros. Na interpretação dele, essa aproximação se deu, basicamente, por afinidades ideológicas e programáticas. Mesmo que, oficialmente e enfaticamente, o positivismo fosse a ideologia que orientava o castilhismo-borgismo, e apresentasse aspectos que não se coadunavam muito com o pensamento católico, de fato se registrou uma convivência muito estreita, até o fim do período indicado. Inclusive, em 1928, em um famoso episódio sobre o qual escrevi em um livro chamado *O aviador e o carroceiro*, registrou-se uma disputa muito acirrada entre os “republicanos” municipais para a indicação de candidato à eleição a intendente (prefeito) de Montenegro. Borges de Medeiros, que ainda era o chefe do partido, apesar de Getúlio Vargas já ser o governador do estado, decidiu, em comum acordo com este, colocar como candidato alternativo uma pessoa de fora do município, para terminar com a dissensão partidária local, e escolheu para isso Egydio Hervé, engenheiro, professor na Escola da Engenharia, hoje da UFRGS, e também funcionário da prefeitura de Porto Alegre.

Acontece que ele tinha dado uma trombada com Alberto Bins, militante católico, que então era o prefeito da Capital, e foi demitido. Hervé, portanto, estava desempregado. Borges e Getúlio decidiram que ele seria o candidato do partido em Montenegro. Acontece que Egydio Hervé era um muito conhecido líder espírita, e opositor declara-

do da Igreja Católica. Isso gerou grandes dificuldades em Montenegro.

Havia, inclusive uma questão formal a atormentar a consciência dos cristãos católicos de Montenegro. Em 1915, os bispos do Brasil meridional haviam lançado uma Carta Pastoral Coletiva, na qual, no item 1476, diziam o seguinte: “eleitores que sufragarem candidatos inimigos declarados da Igreja, não podem escusar de pecado grave”. E este era o problema do eleitorado católico de Montenegro. Dom João Becker, não lembro os detalhes, mas – se estou correto – recorrendo ao *Corpus Iuris Canonici*, encontrou uma brecha para o caso, e a manutenção da amizade com Borges de Medeiros e a aliança com o mundo político “republicano”, decretando que não era pecado votar em Egidio Hervé, em Montenegro. E ele acabou sendo eleito.

Em 1929, já no contexto da preparação da eleição presidencial de 1930, com Getúlio Vargas como candidato, Dom João Becker colocou na lista de candidatos a deputado do Partido Republicano Riograndense o conhecido monsenhor Nicolau Marx, o qual, inclusive, patrocinou um famoso incidente em Aparecida. O clero católico nacional tinha muito receio em relação a Getúlio Vargas, um ateu que tinha dado o nome Lutero ao filho mais velho. Monsenhor Marx saiu em defesa enfática do governador gaúcho, insistindo que era um ótimo cristão católico.

Essa prolongada digressão sobre os “católicos” teve como objetivo mostrar como o castilhismo-borgismo se consolidou na condição de dominante na política sul-rio-grandense, durante os 40 anos iniciais da República, incluindo o estabelecimento de uma sólida e duradoura aliança com aqueles que, em tese, deveriam ter sido seus inimigos natos.

E é sobre este regime, tão consolidado, tão duradouro, que vou fazer agora uma rápida resenha historiográfica. Quando falo em historiografia, não falo só da historiografia acadêmica. Gosto muito da expressão de um amigo da Universidade de Passo Fundo, Astor Diehl, “cultura historiográfica”. Ou seja, não se trata só daquilo que historia-

dores profissionais disseram ou escreveram, mas também daquilo está na mentalidade de outras pessoas “comuns” sobre a História, de como ela transcorreu. E a importância de tudo isso está no fato de que essas concepções e formas de enxergar têm efeitos sobre a prática, não só sobre a avaliação normativa das pessoas, mas sobre suas opções políticas, aqui e agora.

A primeira referência historiográfica que faço é em relação a Décio Freitas, um historiador não profissional (era jurista), mas uma pessoa que produziu bastante coisa sobre História. E ele escreveu um livro chamado *O homem que inventou a ditadura*, que é uma condenação de Júlio de Castilhos e do sistema castilhista-borgista.

Uma outra linha historiográfica diz algo diferente, sem necessariamente fazer uma avaliação sobre “bom” ou “mau”, mas destacando o caráter *sui generis* do castilhismo-borgismo. Trata-se, de novo, de um jurista, Sérgio da Costa Franco. Em um artigo famoso, de 1967, escreveu mais ou menos o seguinte: “no Rio Grande do Sul foi diferente que no restante do país, uma coisa tão marcante da política nacional durante a Primeira República (1889-1930) quanto o coronelismo aqui não pegou chão”. Essa ideia de que o Rio Grande do Sul foi diferente, sobretudo naquilo que tange ao “coronelismo”, foi duramente criticada por dois colegas historiadores acadêmicos, Loiva Otero Félix e Gunter Axt, dizendo, que essa classificação de “diferente” não faz qualquer sentido, que é uma forma de engodo, que, na verdade, a situação no estado é igual ao restante do país, e assim por diante.

Em uma próxima etapa, uma pessoa que, na época, trabalhava na Fundação de Economia e Estatística (FEE), Luiz Roberto Targa, recuperou um autor que escreveu um livro na década de 1970 chamado *São Paulo e o Estado Nacional*, Simon Schwartzman, cientista político. Schwartzman fez uma divisão política do Brasil em quatro regiões. O Rio Grande do Sul seria uma delas, e apresentaria características muito específicas, que, sim, seria “diferente”. Simplificando ao máximo, no estado sulino, a política não

seria simples reflexo das condições do mercado, ou seja, o poder político não corresponderia puro e simplesmente ao poder econômico, gozaria de considerável autonomia em relação a ele – pensando um pouco mais adiante, o Estado exerceria algum grau de soberania em relação à “sociedade civil”, deixando de ser uma pura “representação” dela, ou, numa outra perspectiva, o Estado aqui exerceria uma “cooptação” sobre ela; quem estivesse inspirado numa visão marxista poderia dizer que no Rio Grande do Sul o Estado não exerceria uma simples função de “comitê executivo da burguesia”. Mas que ninguém se engane, esta situação não recebe uma avaliação positiva de Schwartzman. Para ele, a ausência – ou ao menos a fragilidade – da “representação”, e o predomínio da “cooptação”, constituem um empecilho para o desenvolvimento de um sistema político moderno.

É interessante observar aquilo que Targa – autor de uma tese de doutorado sobre este tema, na França – fez com a afirmação de Schwartzman. Ele diz mais ou menos o seguinte: “Sim, o Simon Schwartzman diz que o Rio Grande do Sul é diferente, só que dá uma conotação negativa a essa diferença”. De fato, segundo Schwartzman, São Paulo – daí o título do livro: *São Paulo e o Estado Nacional* – é o estado mais moderno da federação brasileira, mas foi subjugado, em 1930, por Getúlio Vargas, na verdade, pelo Rio Grande do Sul, e São Paulo está lá em baixo até hoje. São Paulo nunca mais conseguiu se recuperar, nunca conseguiu fazer-se presente no cenário nacional, na proporção de sua importância socioeconômica. São Paulo foi invadido em 1930, em 1932 recebeu uma nova pancada, e nunca mais se recuperou, nunca mais conseguiu fazer um presidente da República (o livro é da metade da década de 1970). Portanto, em 1930, o sistema castilhistaborgista gaúcho conseguiu impor-se ao Brasil todo, e lá está, com seus estragos, agora não mais restritos ao estado de origem, o Rio Grande do Sul, mas afetando o país como um todo.

Outro “intérprete do Brasil”, mais um jurista, apresenta claras afinidades eletivas com a visão de Schwartzman. Trata-se de Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*,

famoso livro no qual, interessadamente, a Primeira República, no Brasil em geral, não é vista necessariamente como momento negativo de nossa história nacional, com seu suposto abominável domínio oligárquico. Para Faoro, a Primeira República abriu a possibilidade da construção de uma “sociedade civil”, da configuração de classes sociais, em confronto, fato que, provavelmente, teria levado, mais adiante, à instauração de um Estado moderno no país, para acabar com o Estado patrimonial, uma das principais causas de nosso subdesenvolvimento. Neste sentido, é muito sintomático o título do capítulo final deste extenso livro (mais de 1.000 páginas), “a viagem redonda”. Ele deriva da convicção de Faoro de que o Estado patrimonial é um defeito que esteve presente durante todo o período colonial e imperial, mas, em nível federal, começou a ser desmontado durante os primeiros 40 anos da República. Infelizmente, o gérmen desse mal teria sobrevivido no Rio Grande do Sul, de onde foi reinstaurado no restante do país, com a Revolução de 1930 – e voltamos à estaca zero!

Aqui entram agora as considerações de Targa. Ele, ao contrário das posições críticas de Faoro e de Schwartzman, diz que nós devemos recuperar a diferença que o Simon Schwartzman apresenta como negativa, para transformá-la em uma coisa muito positiva, até salvífica para o país. Vou citar só um pequeno trecho: “é evidente para qualquer pessoa de bom senso, seja ela um sul rio-grandense, seja um outro brasileiro, que o mundo do sul, mesmo hoje em dia, continua sendo muito distinto dos demais mundos brasileiros e muito mais do que eles estão entre si. Porque é no Rio Grande do Sul que surge uma ideologia e uma forma de governar, que depois se transfere para o Brasil como um todo, com Getúlio Vargas, a partir de 30”.

Mas não é tanto Targa que eu critico na minha citada resenha, e, sim, um colega alemão que se chama Jens Hentschke. Recupero uma questão comparando Alemanha e Rio Grande do Sul. Na historiografia alemã, está muito presente a famosa palavra *Sonderweg*, que utilizo no título de minha resenha, isto é, um caminho (uma maneira)

peculiar da constituição do Estado alemão. Na historiografia e na ciência política brasileiras, é mais conhecida a expressão “via prussiana”.

Para uma intelectualidade alemã crítica, o conceito e a realidade ligada ao *Sonderweg* constituem um pesadelo, pois esta realidade não só teria dificultado a instauração de uma democracia liberal na Alemanha, como teria aberto o caminho para o nazismo. Um conhecido historiador alemão, Jürgen Kocka, escreveu, quando caiu o muro de Berlim, no jornal *Zeit*, um semanário muito importante na Alemanha, algo como: “não me venham com um novo *Sonderweg*”, com um novo caminho peculiar, após a reunificação, após a queda do muro, “nós somos ocidentais e queremos ser ocidentais e, portanto, nós não queremos ter nenhum padrão especial”.

Minha estranheza com o Jens Hentschke é que ele, como historiador alemão, escreveu um livro enorme, de 723 páginas, sobre o Estado Novo no Brasil (1937 a 1945), onde diz mais ou menos o seguinte: “*glorioso o Brasil pela existência do Rio Grande do Sul, porque tudo começou lá*”, é lá que surgiu e de lá se espalhou para todo o Brasil a estatolatria que domina amplos setores da população brasileira. A PUCRS publicou, em 2015, a tradução de outro livro dele, *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*, ou seja, a glorificação do *Sonderweg*, do caminho peculiar do Rio Grande do Sul. Na opinião de Hentschke, uma situação que deve ser festejada – uma afirmação que, em meu modo de ver, infelizmente, está muito presente na atual historiografia brasileira dominante.

Nós temos, por exemplo, um historiador chamado Jorge Ferreira, que é um pesquisador importante sobre o período republicano brasileiro, e que retoma isso. Referindo ao grande discípulo de Júlio de Castilhos chamado Getúlio Vargas, escreveu, em um livro intitulado *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*: “Não há propaganda que transforme um personagem em líder polí-

tico, em figura lendária, sem realizações que afetam a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciaram. O reconhecimento político e a valorização simbólica que os trabalhadores dedicaram a Getúlio Vargas, bem como a permanência de seus efeitos e realizações na memória popular por tanto tempo, não podem ser apenas reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar mitos”. O problema que enxergo nesta afirmação é que não encontro argumento racional para não aplicá-la também a Adolf Hitler.

Para terminar, eu diria que essa questão ainda fica mais problemática na medida em que há uma convergência pela direita e pela esquerda em relação a essa avaliação. Eu não vou avançar, aqui e agora. Em minha resenha, avancei até Luiz Inácio Lula da Silva, quando ele, em determinado momento, disse: “o último, antes de mim, que fez a coisa certa se chamou Ernesto Geisel” – ou seja, mesmo que Geisel, eventualmente, tenha mandado prender o metalúrgico Lula, ele foi bom por ter turbinado o “Estado forte”.

Sem aprofundar situações de um passado mais recente, refiro aqui apenas uma situação, um pouco mais recuada, da década de 1950. Neste momento, se criou uma escola de esquerda para pensar o Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Já havia, desde o final da década de 1940, a ESG, a famosa Escola Superior de Guerra, considerada um local de elaboração de um pensamento claramente conservador, de direita. E o ISEB tentou reunir justamente a esquerda, a esquerda em um sentido amplo, desde Cândido Mendes, digamos assim, um cristão progressista, até um marxista ortodoxo como Nelson Werneck Sodré.

De todos eles, eu só quero pinçar uma pessoa que se chamava Alberto Guerreiro Ramos. Ele, em 1961, publicou um livro chamado *A crise do poder no Brasil*, que, na primeira parte, reúne artigos que já tinha publicado em outro lugar, e, na outra parte, basicamente textos sobre a eleição de Jânio Quadros. Na primeira parte, republicou um artigo sobre o pensamento político-social brasileiro, tra-

tando, sobretudo, das décadas de 1920 e 1930, isto é, do entorno da Revolução de 1930. Ali interessa aquela parte do texto que trata daquilo que Bolivar Lamounier, num capítulo clássico do volume IX da *História geral da civilização brasileira*, editada por Sérgio Buarque de Holanda, chamou de “ideologia de Estado”. A trindade famosa representativa desta ideologia é composta por Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Interessante é que o esquerdista Guerreiro Ramos escreveu que, ao ler os trabalhos de Azevedo Amaral, um daqueles ideólogos muitas vezes classificados de “proto-fascistas”, defensores da ditadura do Estado Novo brasileiro, ninguém pode negar que ele foi um dos mais lúcidos analistas a destacar que o Brasil só teria conserto com um “Estado forte” a comandar o processo, pois sua “sociedade civil” seria, por razões históricas, invertida, “ameboide” (esta última expressão não é de Azevedo Amaral nem de Guerreiro Ramos, mas de Bolivar Lamounier). O esquerdista Guerreiro Ramos, portanto, dá aval e valoriza um pensamento claramente de direita, antiliberal.

Luiz Roberto Targa certamente também não se considera de direita, mas igualmente glorifica Júlio de Castilhos e seus sucessores pelo “Estado forte” implantado e consolidado no Rio Grande do Sul. Neste caso, inclusive, a violência praticada durante a Revolução Federalista (1893-1895) foi expressamente endossada, até festejada, porque, supostamente, garantiu a sobrevivência deste projeto salvífico, e sua posterior expansão para todo o país. O autor foi claro: “a ditadura [então] instalada pelos positivistas possui[u] a função *necessária* de afastar a oligarquia tradicional do poder regional”.

Conforme prometido, não fiz nenhuma única afirmação sobre Assis Brasil, mas tentei delinear algumas consequências de sua derrota, quando o projeto de seu cunhado Júlio de Castilhos saiu vitorioso, e ele teve de passar para a oposição.

Agradeço pela atenção com que me ouviram.